

Bruxelas, 10 de Maio de 2006

Resultados para a Europa: a Comissão adopta uma Agenda para os cidadãos

A Comissão adoptou hoje uma ambiciosa agenda de políticas para os cidadãos europeus. Trata-se da contribuição da Comissão para o Conselho Europeu de Junho, baseada nas reacções ao Plano B e nos debates nacionais realizados durante o período de reflexão decidido pelos dirigentes europeus no ano passado. Chegou o momento de concretizar o diálogo em resultados.

“A data de hoje constitui um marco para a Comissão a que presido. Nos últimos dezoito meses abordámos com êxito muitas das questões que se encontravam bloqueadas quando assumi funções. Hoje, adoptamos uma ambiciosa agenda de políticas para os cidadãos, que exigirá um esforço concertado dos Estados-Membros e das instituições da UE. Devemos renovar o nosso empenhamento para com a Europa. A melhor forma de reforçar a confiança do público na Europa é através de resultados. Serão os resultados que nos permitirão resolver a questão institucional”, afirmou José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia.

“Demonstramos, com esta agenda, que ouvimos os cidadãos. Os cidadãos querem que a sua opinião seja tida em conta. Da Europa esperam espírito de liderança, mesmo que hesitem acerca da adesão à UE ou acerca da forma como a União funciona. Confiam na capacidade da União Europeia para proporcionar resultados.”, referiu Margot Wallström, Vice-Presidente responsável pelas Relações Institucionais e Estratégia da Comunicação.

A agenda da Comissão assenta nos objectivos estratégicos da prosperidade, solidariedade e segurança, centrando-se de forma permanente na criação de emprego e no crescimento. Mas, como o revela o debate sobre a Europa, existe um desfasamento entre a acção da Europa e a percepção que o público tem do seu papel. Para reconquistar a confiança dos cidadãos, a Comissão utilizará todos os seus recursos, a nível interno e externo, para apresentar soluções para as questões suscitadas pelos cidadãos. Trata-se de dar uma resposta política centrada numa agenda para os cidadãos.

A Comissão apresenta *doze* iniciativas para garantir uma Europa de resultados. De entre as propostas concretas, refiram-se:

- perspectivar o mercado único para o futuro,
- adoptar uma agenda para o acesso e a solidariedade, paralelamente à análise do mercado único
- melhorar o acesso dos cidadãos da UE aos seus direitos, incluindo uma vertente de sensibilização, mediante a proposta de um “cartão de direitos” para todos os cidadãos da UE,
- melhorar o processo de tomada de decisão e a responsabilização nas áreas da justiça, liberdade e segurança, recorrendo às possibilidades oferecidas pelos Tratados actuais.

Sobre o processo de alargamento futuro, a Comissão reitera os compromissos assumidos e participará activamente no debate sobre o ritmo e o âmbito do alargamento. Publicará dentro em breve um documento estratégico sobre as relações externas da União e lançará ainda este ano um debate sobre as consequências externas, para a União, de uma maior globalização. A Comissão apela ainda para que se recorra o mais possível aos Tratados actuais e propõe diversas iniciativas concretas para reforçar a cooperação, nomeadamente mediante novas propostas para reduzir a burocracia, e melhorar a transparência, através de relações mais estreitas com os parlamentos nacionais.

Sobre as questões institucionais, a Comissão propõe que o Conselho Europeu de Junho subscreva uma abordagem gradual, cujo primeiro passo consistirá na adopção de uma declaração política e de um compromisso formal dos dirigentes europeus em 2007, cinquenta anos após a assinatura do Tratado de Roma. Com base nesta declaração, o Conselho Europeu poderá tomar decisões que permitam lançar o processo de resolução da questão institucional. Uma segunda fase de “contacto” ocorrerá em 2008/2009, com um relatório da Comissão sobre o financiamento futuro da União.

Antecedentes

Na sequência do “não” nos referendos realizados em França e nos Países Baixos, os dirigentes europeus reuniram-se no Conselho Europeu de Junho de 2005 para discutir o que se deveria fazer relativamente ao Tratado Constitucional. Os Chefes de Estado e de Governo adoptaram uma declaração sobre “a ratificação do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa” em que defendiam a necessidade de um “período de reflexão”, na sequência dos resultados negativos registados em França e nos Países Baixos. A declaração apelava à realização de um amplo debate em todos os países e referia que as instituições europeias, e em especial a Comissão, deviam dar a sua contribuição para esta iniciativa.

A Comissão adoptou o seu contributo para o período de reflexão e para a fase posterior em 13 de Outubro de 2005 (COM (2005) 494). Esta comunicação apresentava treze iniciativas a realizar a nível comunitário, para além da assistência aos Estados-Membros no âmbito dos debates nacionais. Este documento preconizava igualmente um processo de retorno de informação, com a edição de um Eurobarómetro especial sobre o futuro da Europa e um documento que apresentasse uma sinopse global das visitas e debates nacionais organizados em toda a União.

No início da Presidência austríaca, o Chanceler Schüssel convidou a Comissão a apresentar as suas ideias para o debate dos Chefes de Estado e de Governo. A contribuição da Comissão, hoje adoptada, dá resposta a estes compromissos e apelos.

A última sondagem de opinião do Eurobarómetro, publicada em 5 de Maio de 2006, revela que os cidadãos europeus aspiram a uma maior intervenção da UE em muitos domínios. Revela também as principais preocupações dos cidadãos: desemprego, segurança, responsabilização das instituições e alargamento. Esta sinopse da opinião pública e dos debates nacionais constitui o ponto de partida da reflexão da Comissão.

Numa comunicação anexa “Período de reflexão e Plano D”, COM (2006) 212, de 10 de Maio de 2006, é apresentada uma avaliação completa por parte da Comissão dos debates nacionais e das suas actividades no âmbito do Plano D.